

SESSÃO PÚBLICA SOBRE O TRABALHO PRECÁRIO – 29 DE SETEMBRO DE 2016

INICIATIVA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE OEIRAS

INTERVENÇÃO DE MANUEL LEAL , DA FECTTRANS

Agradecemos o convite do PCP para poder debater uma matéria tão importante como é a precariedade num setor tão determinante para a vida dos trabalhadores e populações como é o setor do transporte de passageiros. Estruturante porque o seu melhor ou pior funcionamento tem reflexos diretos na qualidade de vida das populações.

O domínio do grupo "Jacob Barata" em Cascais e Oeiras com a SCOTTURB, Vimeca/LT, que condena as populações a autêntico recolher obrigatório sem uma rede eficaz de transporte rodoviário que una os diversos pontos destes concelhos e constituam alternativa na sua ligação a Lisboa, também para os muitos trabalhadores que se deslocam, vindos de outros concelhos para estes.

Nada nos movendo contra a existência de um setor privado na economia portuguesa, a realidade após a destruição da RN, demonstra que o setor de transporte de passageiros é demasiadamente importante para estar entregue aos interesses do lucro do setor privado, subjugando o interesse público e as necessidades das populações a estes interesses.

O recente regime jurídico para o transporte de passageiros é um resquício da política de direita que importa derrotar para se poder construir um autêntico sistema integrado e conjugado de transportes, assente em sólidas empresas públicas e com a gestão integrada da rede da responsabilidade de reais autoridades metropolitanas de transportes que assegurem a coordenação dos vários modos de transporte ao nível da cada área metropolitana e não a nível meramente concelhio.

A luta das populações e dos trabalhadores foi determinante para derrotar a política de direita que pretendeu retirar carreiras em vários pontos, como Odivelas, Fetais, Pedrouços. Esta será também determinante para derrotar as concepções da política de direita no setor dos transportes que condena as populações à degradação das suas condições de vida e os trabalhadores a duras situações de precariedade nestas empresas

INTERVENÇÃO DE JOSÉ LOBATO, DO SNTSF-EMEF

Quando se fala da mobilidade, pensamos que a mesma devia ser aproveitada para corrigir as medidas negativas do anterior governo e cujos reflexos negativos se fazem sentir agora e, uma dessas medidas passa pela passagem a efetivos de todos os trabalhadores com vínculos precários — contratos a prazo e contratos temporários -, assim como a admissão dos trabalhadores em falta, de modo a elevar os padrões de oferta, qualidade e segurança de serviço público e não o nivelamento por baixo relativamente a esmagadora maioria das empresas privadas que operam nas regiões metropolitanas. São centenas de trabalhadores na região de Lisboa contratados por empresas de trabalho temporário e, hoje, é possível verificar na EMEF em geral, situações de ilegalidades e irregularidades tais como:

- . Trabalhadores com vínculos precários a ocuparem postos de trabalho permanentes,
- Trabalhadores com vínculos precários, a substituir outros em igualdade de situação,
- . Trabalhadores cujas empresas em vez de pagar no último dia útil de cada mês, paga os salários entre os dias 8 e 15 do mês seguinte, com tudo o que isso implica na vida familiar destes trabalhadores.

São trabalhadores contratados através de empresas de trabalho temporário, que entraram na EMEF com o argumento da administração de que não está autorizada a admitir novos trabalhadores para os quadros da empresa.

Defendemos que estes trabalhadores fazem falta e devem fazer parte integrante da empresa, entrando diretamente para a mesma e não estando com vínculo precário, com custos maiores para a EMEF. Através da precariedade as empresas vão camuflando esses custos, não entram como despesas de pessoal, e assim já se justifica ser possível através das empresas de trabalho temporário admitir trabalhadores, com o apoio do governo, apoia-se o mercado da precariedade no trabalho, ou seja, alimenta-se o negócio da “escravatura moderna”.

A EMEF labora a nível nacional com cerca de mil trabalhadores assegura a manutenção, reparação e construção de material circulante. Tem 9 oficinas espalhadas pelo país e em Oeiras encontrasse a oficina que faz manutenção na linha de cascais.

Uma oficina com 43 trabalhadores sendo que 8 estão com vínculo precário. Tentamos todos fazer o nosso melhor para assegurar a manutenção dos comboios que circulam nesta linha, embora haja restrições a que a empresa está obrigada devido a pertencer ao sector empresarial do estado está sujeita ao código de aquisição pública o que a obriga a ter quase de abrir um concurso para a compra de material como um simples parafuso.

Além destas e outras dificuldades carece acrescentar que apesar de não sermos funcionários públicos estamos abrangidos por esse regime da função pública. Os trabalhadores da EMEF desde 2009 não têm aumentos salariais, foram congeladas as diuturnidades e desde 2011 foram impedidos de progredir na carreira pela mesma razão, além dos cortes impostos pelos sucessivos Orçamentos de Estado.

Mesmos com a ofensiva brutal que se abateu sobre os trabalhadores e as empresas nos últimos anos os trabalhadores resistiram e lutaram contra a política privatizadora do governo anterior, lutámos e lutamos contra o desmembramento da empresa, lutamos pela reintegração na CP, e temos dado o melhor por um serviço público de qualidade, mas não há serviço público de qualidade com trabalho precário e também esta a mensagem como trabalhador da EMEF quero deixar. E esta é uma luta dos trabalhadores, dos utentes, da população e da sociedade.

INTERVENÇÃO DE ELISABETE SANTOS, DO CESP

Em Portugal a precariedade esta generalizada e afecta centenas de milhares de trabalhadores, em especial os jovens, tanto no sector publico como também no privado, constituindo-se como instrumento de assedio sobre todos os trabalhadores e de pressão para os baixos salários praticados.

E como é obvio o sector do comércio, escritórios e serviços também não foge a esta regra, com o patronato a utilizar abusivamente a contratação a termo, o trabalho temporário, a utilização de estagiários para preenchimento de posto de trabalho e até ao recurso do trabalho não pago, recorrendo à utilização dos bancos de horas individualmente acordados com os trabalhadores.

Na área dos serviços, os patrões recorrem mais ao trabalho temporário, vínculos precários, aos recibos verdes e aos auto-sourcing, sendo que os call center são um exemplo flagrante de precariedade neste subsector.

A nível do sector do comércio temos por exemplo na grande distribuição (super^{as}/hipermercados e empresas especializadas) os patrões a utilizar em grande escala as ditas medidas de fomentação da precariedade, a redução dos custos de trabalho e a transferência de enormes fundos públicos para as suas empresas.

Recorrendo estes a contratação ao abrigo do 1º emprego e trabalhadores vindos do desemprego de longa duração e agora começam a recorrer a situação de substituições de trabalhadores em baixas ou licenças prolongadas, sendo que quando o trabalhador substituído regressa, é feita ao trabalhador que substituiu o 1º, adendas umas atrás das outras sucessivamente, havendo já trabalhadores nesta situação há mais de 3 anos.

Empresas essas em que os trabalhadores se vêm sujeitos a uma crescente instabilidade e rotatividade, onde igualmente abunda a falta de condições de trabalho e o respeito pelos direitos dos trabalhadores. Uma destas empresas é o PINGO DOCE, onde temos a maior estrutura sindical e esta recusa-se a reunir com o sindicato há vários anos e não dá qualquer resposta às reivindicações dos trabalhadores.

Nesse sentido o sindicato continua a exigir respostas da empresa e tem vindo a fazer uma campanha junto dos clientes, a porta das lojas, no sentido de pedir a sua compreensão e solidariedade e igualmente alerta-los para as condições de trabalho destes trabalhadores. Estas empresas não respeitam a própria constituição da república na medida em que para eles não há possibilidade de conciliação da vida profissional, familiar e social.

A maioria destes trabalhadores tem escalas diárias de horário ou seja todos os dias tem um horário diferente de entrada e de saída, prestam trabalho nos 7 dias da semana, tendo 2 dias de descanso rotativos, trabalhando por turnos. Isto dá cabo da saúde dos trabalhadores e temos já muitos com doenças musco-esqueléticas, doenças profissionais e muitas baixas psicológicas, motivadas pelos ritmos de trabalho acelerados que nos são exigidos.

São estas grandes empresas, com lucros enormes, que depois pagam baixos salários e exigem que os trabalhadores laborem fora do horário de funcionamento das mesmas, contrariando as leis do país onde funcionam, ou seja temos trabalhadores dentro dos locais de trabalho nas 24h do dia.

Como as lojas neste momento trabalham com os mínimos de funcionários o que acontece é que passam a Vida a pedir aos trabalhadores para fazerem mais horas utilizando o banco de horas individual em que os trabalhadores dão mais horas do seu tempo e depois as compensações nada ...algumas desaparecem do sistema, outras vezes só dadas as horas a gozar quando há baixa dos picos de clientes.

Temos que continuar a exigir o respeito pelos direitos dos trabalhadores e exigir melhores condições de trabalho, a passagem dos trabalhadores a termo que ocupam postos de trabalho permanentes a trabalhadores efectivos.

Temos algumas recentes vitórias neste campo, por exemplo conseguimos a passagem a efectivos de 30 trabalhadores na Fnac e 23 trabalhadores na DHL , e a passagem aos 'quadros da empresa cerca de 200 trabalhadores precários na logística da Sonae, etc. É pois urgente que o governo adopte uma politica de rompimento com o modelo de precariedade em que os trabalhadores portugueses Vivem, promovendo o emprego de qualidade e erradique todas as formas de precarização e desvalorização dos vínculos de emprego, para isto é necessário que o governo deixe de dar hindsos as empresas que recorrem as politicas activas de emprego, e que sejam revogadas as normas do código de trabalho que possibilitam os vínculos precários, pois só assim acabamos com a precariedade.

INTERVENÇÃO DE SERTÓRIO PÉ CURTO, DA COMISSÃO DE TRABALHADORES DO BCP

1.Tendo em conta que no BCP desde finais de 2011 até 30/6/2016 verificou-se a saída de 2.744 trabalhadores efetivos;

2. A redução de “custos com o pessoal” entre 2011 e 2016 atingiu o montante de 165,6 milhões de euros;

3. Desde Julho de 2014 por via dos acordos sindicais entre o BCP e as federações sindicais (FEBASE e

FSIB) os trabalhadores do BCP estão a sofrer uma redução salarial, para além da suspensão da carreira profissional e outras prestações pecuniárias;

4. Neste mesmo período tem-se assistido a entrada de centenas de trabalhadores ao serviço do BCP, em regime de “outsourcing” nomeadamente no Tagus Park concelho de Oeiras. Para além da insegurança no emprego, estes trabalhadores em situação precária, com baixos salários, sem direito a evoluir na carreira profissional, não conseguirão atingir um equilíbrio emocional que lhes permita perspetivar um futuro menos sombrio.

A Comissão de Trabalhadores do BCP ciente de que toda esta situação acarreta uma degradação no serviço oferecido pelo BCP aos seus clientes, para além dos prejuízos sérios a todos os seus trabalhadores, considera que todas as ações venham de onde vierem e que visem contrariar este flagelo, devem beneficiar do apoio desta Comissão de Trabalhadores. Assim, a Comissão de Trabalhadores do BCP, reunida em plenário em 27/9/2016, tomou a decisão em aceitar o convite de participação nesta sessão pública, que muito se agradece.

INTERVENÇÃO DE ISABEL GOMES, DO SITE

Sou trabalhadora do Instituto de Soldadura e Qualidade e venho a esta reunião, trazer um pequeno resumo das empresas que neste concelho são acompanhadas pelo SITE – Sindicato dos trabalhadores das indústrias transformadoras, energia e atividades do Ambiente

A precariedade é uma forma de exploração que se encontra generalizada nas empresas independente da sua dimensão.

Por um lado as médias e as grandes empresas fazem questão de aproveitar este benefício que a lei lhes dá, lei aprovada pelos lacaios ao seu serviço na assembleia da república.

As pequenas empresas, embora erradamente e em menor número fazem-no por uma questão de sobrevivência, por via dos poucos apoios que tem e da pressão a que também são sujeitas pelas grandes empresas concorrentes.

A falta de acesso a documentos entre as empresas trabalho temporário e as empresas contratantes e muitas vezes dos próprios trabalhadores limitam a nossa acção a par da ineficácia e inacção do ACT, para estas questões.

No concelho de Oeiras o nosso sindicato representa um conjunto de empresas com alguma dimensão, casos do ISQ, LISGRÁFICA, SOGAPAL, SEDA IBERICA, RESIPHARMA, HAWHORT só para citar as maiores - colocam-se aqui grandes problemas no que diz respeito á precariedade.

Existe Precariedade no conceito de contratação trabalhadores e seu vínculo á empresa e precariedade ligada á inexistência de actualizações salariais há mais de 10 anos e que vão colocando trabalhadores com larga experiência profissional com salários baixos ao nível do salário mínimo nacional, casos da Lisgráfica nos gráficos e da Sogapal na industria gráfica.

No ISQ, a saída de trabalhadores com indemnização, a contratação a prazo com valores muito perto do salario mínimo nacional, a utilização de estagiários a custo zero, os recibos verdes, a utilização de empresas de trabalho temporário, a subcontratação, o teletrabalho, a actualização salarial ser feita consoante a cor dos olhos de cada um, e o se não estás bem a porta de saída é a serventia da casa, traz a precarização ao seu limite.

Aqui enquanto se oferecem carros a trabalhadores que só deles se servem para se deslocarem de casa para o emprego, existem outros, que para trabalharem tem de pagar: foram-lhes cortadas as horas extraordinárias, as ajudas de custo e mesmo o subsídio de refeição, de estudo e de nascimento.

Conhecem o serviço da EDP – FUNCIONA, que aparece a toda a hora em anúncios na televisão – pois são trabalhadores do Instituto, mal pagos e que são pau para toda a obra.

Na Seda ibérica fruto de uma constante dinâmica sindical, as questões da precariedade vão sendo resolvidas com a passagem ao quadro da empresa e na discussão que estamos a fazer para a possibilidade de um AE. Aqui, esta matéria terá tratamento diferente do que hoje existe muito mais limitado e com mais direitos garantidos.

No âmbito da campanha da CGTP, contra a precariedade, não foi observada para já, nenhuma empresa do concelho em concreto pelo sindicato, mas temos agendadas algumas acções, concertadas com as suas estruturas sindicais.

Acabar ou limitar este flagelo é combater as empresas de trabalho temporário, e encaminhar para a contratação colectiva as regras de admissão de trabalhadoras nas empresas e locais trabalho, garantindo-lhes direitos e expectativas de vida melhor que aquelas, que o capital hoje impõe.

INTERVENÇÃO DE AMÉLIA PALMA, DO SNFP (principais tópicos, a partir de notas)

O sector do “trabalho científico”, que tem forte implantação em Oeiras, apresenta, no essencial, todos os aspectos e características de precariedade que foram apresentados nas intervenções anteriores. No sector, quem é “bolseiro” corre o risco de ser “bolseiro” para toda a vida. Com o desinvestimento em investigação é cada vez mais difícil assegurar a constância das equipas, a renovação das “bolsas” e a rentabilização de equipamentos. Neste domínio, por suspensão de projectos, é frequente ter material de elevado custo ou subutilizado ou mesmo “arrumado a um canto” a degradar-se...

Uma questão importante que está a preocupar os trabalhadores ligados à ciência e em particular os investigadores é a perda da independência dos institutos públicos pela redução significativa de projectos que não sejam financiados por entidades privadas. Não que a investigação em parceria com as empresas não seja importante e até indispensável, mas a redução brutal a que se vem assistindo não permite ao Estado responder às exigências que se lhe colocam, designadamente num sector tão importante como é o da investigação florestal...